

Bloqueio abala relação com EUA

Por que governo norte-americano mandou bloquear o crédito do BID

PAULO SOTERO

WASHINGTON — A desgastante confrontação que há seis meses mantém o Brasil e as potências industrializadas em rota de colisão na questão da dívida externa produziu a primeira grande trombada na semana passada. Numa longa e tensa reunião da diretoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o representante americano, Larry Melinger, tomou iniciativa sem precedentes de bloquear formalmente a aprovação de empréstimo de US\$ 350 milhões para o País. A decisão, motivada pela falta de acordo final entre o Brasil e os bancos sobre os juros atrasados da dívida, foi apoiada de forma explícita pelo Japão, França e Inglaterra. Mas

pelo menos dez nações européias acionistas do BID e todos os países latino-americanos censuraram o gesto americano e apoiaram o empréstimo.

A aprovação, na mesma reunião, de empréstimo de US\$ 102 milhões para a Secretaria de Ciência e Tecnologia em nada diminuiu a gravidade política da ação de Washington e suas possíveis implicações para as relações entre Brasília e Washington e o futuro do próprio BID, do qual os EUA são o principal acionista. O diretor brasileiro no banco, Pedro Malan, classificou o gesto americano de utilização indevida de uma instituição multilateral para influenciar negociação com credores privados com ritmo e dinâmica próprios. Malan acrescentou que a medida poderá ser contraproducente e prolongar as negociações com os bancos em Nova York, pois tende a estimular os bancos mais intransigentes a manter suas posições. Na melhor das hipóteses, indicou ele,

a ação americana no BID não influenciará o entendimento com os credores privados.

O acordo já está praticamente concluído, faltando acertar, de importante, apenas um piso e um teto para os juros de 0,8125% sobre a Libor (taxa britânica de juros) que o Brasil pagará nos títulos de dez anos que emitirá para refinarçar 75% dos US\$ 8 bilhões atrasados. Vários bancos opõem-se fortemente à imposição de um teto, que o Brasil reivindica com igual determinação.

A decisão americana de usar uma espécie de "bomba atômica" e bloquear empréstimo de US\$ 350 milhões para forçar a solução de um problema de bilhões de dólares preste a ser resolvido indica o grau de deterioração que as relações Brasil—EUA atingiram na área da dívida. Se o acordo com os bancos sair esta semana, o empréstimo do BID será liberado logo e o episódio da semana passada será esquecido. Mas se as ne-

gociações empacarem, a iniciativa americana contra o Brasil, decidida pelo subsecretário do Tesouro, David Mulford, pode transformar-se no grande tema da reunião anual do BID, que começa no fim de semana, em Nagoya, Japão.

A truculência da ação do Tesouro levou o presidente do BID, o uruguaio Enrique Iglesias, e seu vice, o americano James Conroe, a tentarem demover Mulford da idéia. Mas o alto funcionário americano, não convencido, preferiu a confrontação com o Brasil e pode ter provocado efeitos negativos que ultrapassem em muito as relações entre Washington e Brasília. O problema é que, ao bloquear o empréstimo, o Tesouro americano colocou em questão, implicitamente, a capacidade do Brasil de manter seus pagamentos futuros ao banco, muito embora o País, que é o maior tomador de empréstimos do BID, esteja em dia com a instituição.